



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 33/XIII/ 1.ª SL

Aos 08 dias do mês de junho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da Ata n.º 32, de 01 de junho;*
3. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 131/XIII/1.ª (CDS-PP) «Recomenda ao Governo a participação, pelo escalão A, dos cremes e vestes compressivas para pessoas queimadas, quando devidamente prescritos pelo médico assistente ou das especialidades de Dermatologia ou Cirurgia Estética» e do Projeto de Resolução n.º 256/XIII/1.ª (BE) «Recomenda ao Governo um conjunto de medidas no âmbito do apoio e proteção a pessoas queimadas»;*
4. *Outros assuntos.*
 - 10:30 *Audiência com a Associação Familiarmente - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental, para abordar assuntos relevantes sobre a matéria, na área da Saúde Mental.*
 - 11:30 *Audiência com o GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos, para auscultar a disponibilidade das várias forças partidárias que integram a Comissão de Saúde, para uma Resolução da Assembleia da República sobre as epidemias de VIH, Tuberculose, Hepatites Virais e Infeções Sexualmente Transmissíveis (IST).*

1. Informações

O Presidente deu conta de que a audição do Ministro da Saúde agendada para dia 22 de junho, a cuja grelha será adicionada uma ronda adicional para discutir o tema do Hospital de Santarém, se iniciará às 8h30, com essa mesma ronda. A reunião começará mais cedo porque o Ministro, devido a compromissos já assumidos, terá de sair pelas 13h30. Solicitou também que, até dia 14 de junho, fossem indicados os Deputados que irão integrar o Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Problemática do VIH/Sida e Hepatites, que será coordenado pelo PS, e o Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Problemática da Diabetes, que será coordenado

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 33/XIII/ 1.ª SL

pelo BE. Leu ainda o projeto de ordem do dia, que continuará a ser enviado aos coordenadores, antes de ser feita a convocatória.

2. Apreciação e votação da Ata n.º 32, de 01 de junho

A ata n.º 32, relativa ao dia 1 de junho, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

3. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 131/XIII/1.ª (CDS-PP) «Recomenda ao Governo a participação, pelo escalão A, dos cremes e vestes compressivas para pessoas queimadas, quando devidamente prescritos pelo médico assistente ou das especialidades de Dermatologia ou Cirurgia Estética» e do Projeto de Resolução n.º 256/XIII/1.ª (BE) «Recomenda ao Governo um conjunto de medidas no âmbito do apoio e proteção a pessoas queimadas»

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a próxima reunião.

10:30 Audiência com a Associação FamiliarMente - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental, para abordar assuntos relevantes sobre a matéria, na área da Saúde Mental

O Presidente cumprimentou a Associação FamiliarMente, que se fez representar pela Presidente da Direção, Joaquina Castelão, e pelo Vice-Presidente, Miguel Durães, dando a palavra à Presidente da Associação para uma intervenção inicial.

A Presidente agradeceu a oportunidade de expor a situação da saúde mental nesta Comissão e de poder apresentar propostas e recomendações. Sabe-se que a prevalência das doenças mentais em Portugal é elevada e preocupante, sendo que as famílias têm de enfrentar situações muito graves no âmbito laboral, social e financeiro, porque todo o agregado é afetado quando existe uma situação de doença mental. Falta a plena implementação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, com equipas para a saúde mental e ainda o estatuto do cuidador informal. A FamiliarMente considera que, enquanto associação representativa das famílias, deve integrar o Conselho Nacional da Saúde Mental e espera que isso aconteça no próximo mandato, para melhor poder defender medidas que supram as necessidades dos utentes e das suas famílias. Deu ainda conta de como surgiu esta associação, quais os princípios que tem por base, os seus objetivos, atividades e órgãos sociais.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 33/XIII/ 1.ª SL

Abordou a questão de como a doença mental afeta toda a família e o *burnout* dos cuidadores informais, ainda não reconhecidos legalmente e que merecem toda a atenção e enquadramento adequado.

O Vice-Presidente da FamiliarMente completou a apresentação contextualizando a temática da saúde mental em termos nacionais e internacionais, identificando os principais problemas e dando conta do estado da arte em Portugal. Concluiu com a apresentação de um conjunto de propostas e recomendações, que constam do documento distribuído a todos os Deputados.

A Deputada Ângela Guerra agradeceu todas as informações dadas, acrescentando que o PSD apresentou um PJR recomendando que seja criado o estatuto do cuidador informal, o que entende ser da maior importância. Também considera preocupante a situação das doenças mentais em Portugal, chamando a atenção para a questão da desinstitucionalização. Pensa que o acompanhamento das doenças mentais devia ser articulado com o acompanhamento das doenças degenerativas (Alzheimer, Parkinson etc.), que estão a aumentar. Perguntou quais as entidades que consideram dever estar representadas no Conselho Nacional da Saúde Mental.

A Deputada Eurídice Pereira referiu três temas identificados na avaliação intercalar feita ao Plano Nacional da Saúde Mental: a elevada prevalência destas doenças, a dificuldade de acesso aos cuidados de saúde mental e a programas de reabilitação e as assimetrias regionais. Perguntou o que pensam relativamente às duas últimas questões e o que motivou a urgência do pedido de audiência.

A Deputada Isabel Galriça Neto apelou a que a associação continue a sua luta, não obstante os problemas que possam ir surgindo, porque o impacto da doença mental nas famílias onde existe um doente é muito elevado. Referiu que o CDS-PP está sensibilizado para esta problemática e também apresentou um PJR, que ia para além do estatuto do cuidador informal, chamando a atenção para o *burnout*, a doença crónica, etc.. Relativamente aos medicamentos não comparticipados, pensa que o que é importante é que ninguém fique sem medicação por motivos financeiros.

A Deputada Carla Cruz agradeceu também a exposição, focando questões como o tempo que medeia entre o diagnóstico e o tratamento e a falta de resposta multissetorial atempada, perguntando o que pensam sobre o acesso aos cuidados, da articulação entre os vários intervenientes, da falta de reforço de meios de resposta na comunidade aquando da desinstitucionalização dos doentes e qual o efeito, da



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 33/XIII/ 1.ª SL

alteração na comparticipação de medicamentos, nos utentes. Considera fundamental que se aposte na proximidade dos cuidados de saúde e no apoio aos cuidadores informais.

A Presidente e o Vice-Presidente da Associação agradeceram as questões e prestaram os esclarecimentos solicitados, referindo que as demências deveriam ser enquadradas nas doenças mentais, que tem de se apostar na reabilitação e, quando esta não seja possível, na manutenção, que é fundamental uma boa articulação entre os cuidados primários e os cuidados continuados e que existem dificuldades no diagnóstico da doença mental. Acrescentaram que nas situações de carência económica o tratamento tem de ser gratuito, que terá de ser reforçado o apoio às famílias a nível laboral, que há falta de recursos humanos na área da saúde mental e que parte da população afetada por doença mental não está diagnosticada. Consideram que as respostas multisetoriais da comunidade reduzem as recaídas do doente e que a Rede de Cuidados Continuados Integrados tem de ser uma realidade para que possam ser dadas as respostas necessárias nesta área.

O Presidente agradeceu a disponibilidade e as informações prestadas pela Familiarmente, dizendo que esta será certamente a primeira de outras vindas à Comissão.

11:30 Audiência com o GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos, para auscultar a disponibilidade das várias forças partidárias que integram a Comissão de Saúde, para uma Resolução da Assembleia da República sobre as epidemias de VIH, Tuberculose, Hepatites Virais e Infeções Sexualmente Transmissíveis (IST)

Neste ponto da ordem do dia a Vice-Presidente Maria Antónia Almeida Santos assumiu a condução dos trabalhos.

A Presidente em exercício deu as boas vindas ao GAT, que se fez representar por Daniel Simões, Edna Tavares, Luís Mendão e Ricardo Fernandes. Referiu que para além da questão da Resolução, que é o objeto desta audiência, poderão, querendo, abordar o tema da regulamentação da Lei n.º 46/2006, sobre a discriminação, embora se trate de matéria da competência da 1.ª Comissão.

Luís Mendão cumprimentou todos os presentes, e disse considerar que a matéria da Lei n.º 46/2006 é de facto competência da 1.ª Comissão, a quem pediram audiência, sabendo que o pedido foi encaminhado, pela 1.ª Comissão, para a 9.ª.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 33/XIII/ 1.ª SL

A Vice-Presidente sugeriu que se realizasse uma audiência conjunta, com a 1.ª e 9.ª Comissões, por forma a ultrapassar esta questão, sugestão que obteve o acordo de todos, tendo Luís Mendão referido que irá solicitar que a audiência seja levada a efeito nesses termos.

Luis Mendão fez um balanço da colaboração com o Parlamento, nas legislaturas anteriores, salientando que foi possível em 2011 aprovar uma Resolução e que é importante que este tema continue a ser acompanhado pela Assembleia da República, pelo que saúda a criação, nesta legislatura, do Grupo de Trabalho que irá acompanhar a problemática. Portugal subscreveu o desafio da ONU para que, até 2020, 90% das pessoas estejam diagnosticadas, em tratamento e com controlo do vírus. Isto é importante porque os doentes tratados não transmitem a infeção. Chamou a atenção para alguns dos problemas que subsistem, como sejam a distribuição de medicamentos retrovirais por pouco tempo, em algumas zonas só para 3 dias, e a situação nas prisões, pelo que o controlo da distribuição de medicamentos deveria ser monitorizado pelas farmácias, para que os *stocks* fossem repostos sempre que necessário.

O Deputado José António Silva cumprimentou a delegação do GAT e disse que o PSD acompanha esta problemática, lembrando que a Resolução de 2011 foi aprovada por todos os Grupos Parlamentares e teve os seus efeitos, pois houve descida de novos casos. Nesta legislatura o PSD propôs a criação de uma subcomissão, mas não foi aprovada, tendo sido constituído o Grupo de Trabalho. Concorde globalmente com as propostas do GAT e considera importante reforçar a prevenção, especialmente entre os mais jovens.

A Deputada Elza Pais felicitou o GAT pelo trabalho desenvolvido, fazendo uma declaração de interesses, pois integra o Conselho Consultivo deste Grupo. Referiu que qualquer Resolução que venha a ser apresentada, na linha do que foi defendido pelo GAT, terá o apoio do PS, sendo que é necessário garantir a universalidade do acesso à prevenção e ao tratamento e encontrar um equilíbrio entre a universalidade e a sustentabilidade do sistema. Existe preocupação com a hepatite C nas cadeias, pois só alguns estão a receber tratamento, mas o Governo está a acompanhar a questão.

A Deputada Isabel Moreira salientou que o Ministério da Saúde já falou de uma iniciativa sobre a proximidade, que permitirá que as farmácias possam distribuir medicamentos aos doentes, em colaboração com outras entidades. Pensa que poderá



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 33/XIII/ 1.ª SL

ser uma mais-valia a que se junta a baixa do montante das taxas moderadoras e dos transportes. Perguntou o que poderá ser feito para evitar a situação atual em que há 25 000 pessoas que poderão estar infetadas, sem o saberem.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou e agradeceu a apresentação, reconhecendo que houve avanços neste setor, mas que subsistem dificuldades, pois algumas das medidas avançadas, há muito propostas, não foram implementadas. Perguntou ao GAT se tem um texto a propor para a Resolução da Assembleia da República sobre as epidemias de VIH/Sida, hepatites virais, tuberculose e infeções sexualmente transmissíveis, estando o PCP disponível para dar os seus contributos.

Luís Mendão agradeceu as intervenções e disponibilidade manifestada pelos Deputados, dizendo que fará chegar à Comissão uma proposta de texto para a Resolução. Em relação às epidemias, parece-lhe que há dimensões que ultrapassam a saúde, como as migrações, droga etc., por isso haviam pensado num Grupo fora do enquadramento das Comissões, à semelhança do Grupo para a População e Desenvolvimento. Gostariam ainda de contribuir para uma reflexão sobre a nova estrutura governamental deste setor, avaliando se houve ou não ganhos. Concluiu chamando a atenção para as novidades que constituem hoje em dia a cura da hepatite C, a certeza de que qualquer pessoa deve ser tratada o mais cedo possível, para evitar a transmissão da infeção e a profilaxia pré exposição.

A Presidente em exercício agradeceu as informações e esclarecimentos dados pelo GAT, considerando que são imprescindíveis os seus contributos nesta área.

A reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida nos seguintes *links*:

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160601_1.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160608_2.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160608_3.mp3

Palácio de São Bento, 08 junho 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 33/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Elza Pais
Isabel Alves Moreira
João Ramos
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
Luísa Salgueiro
Miguel Santos
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro